

**PRINCÍPIOS EDITORIAIS E A COBERTURA DO JORNAL NACIONAL SOBRE OS
PREPARATIVOS PARA A COPA DO MUNDO E COPA DAS CONFEDERAÇÕES
NO BRASIL**

Bruno da Silva Tavares¹

Resumo

Este trabalho pretende contribuir com a discussão sobre qualidade no jornalismo, a partir do referencial teórico da gestão da qualidade aplicada ao negócio jornalístico, desenvolvido no âmbito do Programa de Pesquisa Aplicada em Jornalismo com ênfase na Qualidade, Inovação e TI. Tratar-se-á aqui especificamente da conformidade dos compromissos organizacionais firmados com o produto da empresa – a cobertura jornalística. Será observado em que medida o principal telejornal da Rede Globo cumpre os preceitos jornalísticos estabelecidos pela própria emissora (valores fundados e reconhecidos na tradição da atividade) frente a eventos cujos direitos de transmissão são detidos pelo veículo. Deve-se analisar também a carta de princípios editoriais da emissora enquanto mecanismo de gestão editorial.

Palavras-chave: Qualidade. Telejornalismo. Princípios editoriais.

Introdução

Este artigo constitui uma etapa da dissertação a ser proposta ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, cuja pesquisa visa testar ferramentas de avaliação de qualidade editorial, com foco em duas dimensões: a gestão editorial e a avaliação do produto de organizações jornalísticas. Essas ferramentas estão sendo desenvolvidas no âmbito do Programa de Pesquisa Aplicada em Jornalismo, com ênfase na Qualidade, Inovação e TI (Qualijor), coordenado pelo prof. Dr. Josenildo Guerra, do Laboratório de Estudos em Jornalismo (Lejor). A dissertação ora em andamento visa contribuir com o esforço de consolidação do programa, testando os fundamentos teóricos e

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: brunotavares001@hotmail.com.

metodológicos das ferramentas em análise e oferecendo, após a realização dos testes, contribuições no sentido de avaliar seus resultados e desdobramentos futuros.

Para essa análise de avaliação de qualidade, foi escolhida a produção jornalística das Organizações Globo, tendo como objeto especificamente: a análise da gestão editorial, através do documento Princípios Editoriais das Organizações Globo, que estabelece diretrizes e procedimentos para o jornalismo praticado por seus veículos; e a análise dos produtos - a cobertura do Jornal Nacional, principal produção jornalística da empresa - sobre os preparativos para a Copa das Confederações e Copa do Mundo de Futebol.

Eventos quadrienais organizados pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), Copa das Confederações e Copa do Mundo mobilizam gestores do poder público e agentes da iniciativa privada, no fomento de recursos empregados em infraestrutura e serviços relacionados com as competições. Serão discutidos aqui aspectos concernentes a essa natureza ambígua e difusa entre interesse público e interesse privado que está no cerne da cobertura dos preparativos desses eventos, de modo a investigar também o conflito de interesse presente na cobertura jornalística de um veículo que se pretende isento, quando possui, simultaneamente, os direitos de transmissão das competições e parceria comercial com a entidade organizadora.

A análise de qualidade a ser empreendida pretende então: verificar se a gestão editorial das organizações jornalísticas contempla requisitos de qualidades caras ao jornalismo; e verificar se a Globo respeita esses princípios numa cobertura jornalística na qual está potencialmente configurado um conflito de interesse entre os interesses privados da emissora e o interesse público pelo qual, em tese, a emissora deveria se orientar em sua cobertura jornalística.

Qualidade no jornalismo

A constante apropriação do termo “qualidade” pelos atores sociais envolvidos nas esferas de produção, recepção e observação analítica da atividade jornalística está dimensionada em contextos diversos, convergentes de modo geral no dever ser da instituição. A diversidade de contextos corresponde a diferentes critérios técnicos, deontológicos, políticos, morais; a questões debatidas de modo isolado como função social do jornalismo, propriedade dos veículos, popularização da audiência (Gomes, 2006) e, frequentemente,

difusas em uma ausência de sistematização, seja por serem analisadas separadamente ou pela ausência de unidade teórica em relação a pontos fundamentais que norteiem a atividade jornalística. Apesar deste cenário, o ponto de convergência consiste em uma suposta neutralidade que mobiliza os atores envolvidos a acionarem sua relação entre qualidade e jornalismo, uma vez que parece ser ponto pacífico que a reflexão e execução de expedientes próprios à qualidade são interessantes a proprietários, jornalistas e público.

Ao definir Sistemas de Responsabilização da Mídia, que propusessem para além da autorregulação, mecanismos de controle de qualidade, serviço ao usuário, educação, sempre na perspectiva de assegurar a função social primordial dos meios de comunicação de prestação de um bom serviço público, Claude-Jean Bertrand (1999) descreve esta dimensão do dever ser que alinha as instâncias envolvidas.

O “conceito de qualidade”, conceito pouco utilizado até agora no quadro midiático, tem, primeiramente, a vantagem de ser amplo: engloba moral, deontologia e também as iniciativas da direção da mídia visando a melhor satisfazer o público. Tem, sobretudo, a vantagem de ser neutro, de poder agradar a todos os protagonistas. Para os usuários, evoca um serviço valioso. Para os jornalistas, significa produto melhor, credibilidade acrescida, logo, prestígio aumentado. Para os proprietários, ele evoca os sucessos comerciais japoneses, portanto lucros crescentes. Por fim, evoca ação, não conversa fiada. (BERTRAND, 1999, p.53)

As diferentes bases teóricas nas quais se sustentarão a argumentação sobre critérios de avaliação da qualidade no jornalismo podem ser consideradas o primeiro obstáculo nesta abordagem. A premissa de consenso entre as instâncias envolvidas (produtores, consumidores e neutros como instituições de pesquisa) quanto aos parâmetros que designarão qualidade a um produto ou serviço, prevista na norma ABNT NBR ISO 9000, é obstruída pela divergência de ordem gnosiológica e epistemológica que, em última análise, pode ser refletida na oposição entre o paradigma da mediação e aplicação das teorias construcionistas e subjetivistas (Tuchman, 1983, fala dessa apropriação construcionista). Ainda que, eventualmente, se perceba alguma contribuição de determinada corrente validada ou considerada pelo movimento contrário, há de pontuar que, à medida que parâmetros fundamentais que engendram a instituição são categoricamente refutados por determinada corrente, a persecução de determinados valores é relativizada ou fragilizada, estagnando-se sem a proposição de um passo adiante à crítica pela crítica.

Sobre as raras convergências entre as correntes opostas mencionadas, convém destacar a revisão experimentada por teóricos do paradigma da mediação no tocante à posição dogmática sobre a verdade e relevância autoevidentes dos fatos, e às instâncias de significação prévias acionadas pelo sujeito ao conhecer o fato (Guerra, 2008); bem como o reconhecimento, por parte dos teóricos dos modelos construtivista e culturalista, da noção de objetividade e imparcialidade enquanto pilares da instituição jornalismo socialmente aceita, fornecendo parâmetros que lidam com jornalistas, organizações e receptores no processo de produção de sentido (Gomes, 2006). Sem a pretensão de aprofundar este debate, este trabalho alinha-se à compreensão atualizada do problema do conhecimento, dialogando com as contribuições construcionistas, sem refutar a possibilidade da objetividade, verdade e relevância enquanto expedientes basilares da atividade, logo, parâmetros para persecução dos profissionais e avaliação dos receptores.

Aqui, por opção metodológica, entende-se como objetivo o método de apuração e operacionalização do texto jornalístico, não o jornalista. Quanto à questão da verdade factual², fala-se de uma forma prática e funcional da verdade, que possa ser operada no cotidiano, no mesmo nível que um fato é operacionalizado por policiais ou juízes em suas atribuições profissionais. A verificação e a síntese são turnos engendrados pela objetividade enquanto método utilizado pelos jornalistas, diferenciando este ofício de outras formas de comunicação. Esse ponto de vista estabelecido por Kovach e Rosenstiel (2004) reforça o esclarecimento apresentado pelos autores quanto às implicações oriundas desta confusão sobre a objetividade:

Uma delas é que a voz imparcial utilizada por muitas empresas jornalísticas, aquele familiar supostamente neutro estilo de redação das notícias não é um princípio fundamental do jornalismo. Ao contrário, é quase sempre um recurso oportunista que as empresas usam para destacar o fato de que produzem alguma coisa obtida por métodos objetivos. A segunda implicação é que essa voz neutra, sem uma disciplina da verificação, cria um verniz que esconde alguma coisa turva. Os jornalistas que selecionam as fontes para expressar o que na verdade é seu próprio ponto de vista, e depois usam a voz neutra para que tudo pareça bem objetivo, estão trapaceando. Isso prejudica a credibilidade da profissão ao fazê-la parecer sem princípios, desonesta e preconceituosa. Este é um alerta muito importante, numa era em que os padrões jornalísticos são postos em dúvida. (KOVACK e ROSENTIEL, 2004, p.117).

Esta opção pelo modelo de jornalismo desenvolvido nas sociedades democráticas ocidentais (Schudson, 1978) é fundamental no enfrentamento da questão da qualidade, pois

² O resgate histórico sobre esta discussão é trabalhado por Gomes (2009).

seus valores serão os parâmetros balizadores dos processos e produtos abordados. A definição de qualidade neste trabalho é perpassada também por conceitos da Administração. Ao mencionar tal conceito para as Normas da Organização Internacional de Normalização (ISO 9000), Lidia de la Torre e Maria Teresa Téramo (2007) definem qualidade como uma forma de fazer as coisas em que, fundamentalmente, predomina a preocupação em satisfazer o cliente e melhorar, dia a dia, processos e resultados. A preocupação do jornalista em satisfazer a sede de verdade do público, segundo as autoras, deve estar combinada com a lapidação do conceito de qualidade proposto às notícias e aplicá-lo ao processo produtivo com ênfase na satisfação do interesse da população.

À luz da abordagem das ferramentas de gestão, avaliação e certificação de qualidade no tocante à atividade jornalística proposta por Guerra (2010), este trabalho pretende testar mecanismos de avaliação de coberturas jornalísticas, desenvolvidos no âmbito do Qualijor, que é baseado nos valores veracidade, relevância, pluralidade, diversidade e transparência. Afirmados também em documentos públicos de princípios editoriais, tais valores possibilitam, à medida que se afere a conformidade com compromissos, um avanço na avaliação jornalística de modo a superar a caixa-preta metodológica que designa qualidade de acordo com a credibilidade de um veículo, ou a falta de qualidade pela crítica negativa fincada em percepções pessoais ou alheias a uma observação sistemática para aperfeiçoamento das práticas.

A escolha da temática que serve de pano de fundo para averiguação da qualidade na cobertura jornalística analisada neste trabalho é consoante com o pressuposto que relaciona a atividade jornalística em uma perspectiva de serviço público, que provê informações e conteúdos aos cidadãos; amplia-se a publicidade e transparência imprescindíveis ao vigor das democracias ocidentais, particularmente no que concerne a expedientes de responsabilização dos agentes públicos na gestão das ações pertinentes à coletividade (Habermas, 1984).

Portanto, qualidade será entendida aqui como um recurso que vincula a esfera de produção e a esfera do consumo de bens e serviços, oferecendo retornos para as organizações comprometidas com ela e segurança para os consumidores de que o produto oferecido contém aquilo que é buscado (Guerra, 2010). Este grau de conformidade entre as notícias publicadas e as expectativas da audiência (em dimensão privada/gostos – e dimensão pública) será trabalhado em dois aspectos: gestão editorial, no qual compromissos e estruturas são

abordados pelo crivo do valor transparência, no documento Princípios Editoriais das Organizações Globo; e avaliação do produto, que analisará a cobertura do Jornal Nacional sobre os preparativos para a Copa do Mundo e Copa das Confederações.

Sobre os eventos Copa do Mundo e Copa das Confederações

Eventos esportivos³ como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos mobilizam atores políticos e agentes da iniciativa privada dos países-sede, de modo que a natureza do financiamento das obras frequentemente é o cerne do conflito de interesses na tensão entre poder público e privado. Embora a organização seja iniciativa de federações nacionais em parceria com a federação internacional que gerencia a modalidade, toda candidatura à condição de sede é pleiteada pela federação local em conjunto com os gestores políticos locais. Esses representantes do poder público justificam a demanda de recursos empregados em razão das receitas imediatas impulsionadas pelo turismo, e principalmente, pelo legado em infraestrutura acelerada em decorrência das instalações de aparelhos esportivos, mobilidade urbana e serviços públicos. No Brasil, essa relação próxima é conferida no implemento de Parceria Público-Privada (PPP) em diversas instalações esportivas, a exemplo do Estádio Maracanã⁴ e Arena Pernambuco⁵, nas quais o Estado concede à iniciativa privada a administração do estádio por um determinado período, após custear total ou maior parte da obra.

De 2007 a 2013, diversos veículos noticiosos acompanharam a evolução ou estagnação de obras em arenas, aeroportos, portos, telecomunicações, muitas vezes sob a tensão⁶ entre supervalorizar receitas e subestimar despesas à luz do discurso da FIFA, patrocinadores e governo local, bem como o inverso, consoante com os discursos daqueles que direta ou indiretamente são prejudicados pela realização do evento ou discorda de sua promoção no país. A questão da natureza do financiamento do evento⁷ - incentivos fiscais, Parcerias Público-Privadas - a linha tênue que separa o interesse privado e o engajamento de

³ Para conceito de megaeventos esportivos, ver: Gurgel (2008); Mezzaroba; Messa; Pires (2011).

⁴ Disponível em: <http://www.maracanario2014.com.br/cliente/>. Acesso em: 01/09/2013.

⁵ Disponível em: <http://www.itaipavaarenapernambuco.com.br/pt/odebrecht.aspx>. Acesso em: 01/09/2013.

⁶ Exemplos de abordagens que ilustra essa tensão: http://veja.abril.com.br/311007/p_114.shtml;
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130626_copa_gastos_ru.shtml. Acessos em: 01/06/2013.

⁷ Exemplo dessa relação difusa entre Governo Federal e FIFA:

<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/05/27/governo-entra-com-mais-r-31-mi-na-transmissao-de-tv-da-copa-das-confederacoes-para-a-fifa.htm>. Acesso em: 01/06/2013.

recursos públicos, em maior ou menor escala, foi agendada nos últimos anos pela imprensa brasileira, e justamente, diante desta gama de possibilidades de coberturas jornalísticas, faz-se necessário investigar em que medida importantes veículos se apropriaram de forma diversificada e plural deste tema de relevante impacto na agenda pública brasileira. A Tabela 1 ilustra as relações de interesse correspondentes aos principais atores que fomentam a Copa do Mundo. As respectivas ações e objetos desses atores estão fundamentadas nos portais oficiais de cada entidade, no documento Matriz de Responsabilidades⁸ e quanto à imprensa, no dever ser da instituição segundo a tradição teórica já referida neste trabalho.

Tabela 1 – Relações de Interesse

Interesse público		
Atores	Ações	Objeto
Governo federal	Financiar e/ou investir	Mobilidade urbana, estádios ⁹ , aeroportos, portos, telecomunicações, segurança e turismo.
Governo estadual	Investimento	Mobilidade urbana, estádios ¹⁰ e turismo.
Governo municipal	Investimento	Mobilidade urbana e turismo.
Comitê Popular da Copa	Denunciar e fiscalizar	Violações de direitos decorrentes da realização da Copa do Mundo e Olimpíadas.
Tribunal de Contas da União, T.C. dos Estados e Comissões de Fiscalização do Senado Federal e da Câmara dos Deputados	Fiscalizar	Gastos com a Copa do Mundo e Olimpíadas, disponibilizando dados e documentos importantes a respeito desses eventos.
Imprensa	Dar visibilidade	Conjunto de instalação e ações sobre temas de interesse público, prioritariamente, e privados.
Interesse privado		
Atores	Ações	Objeto
FIFA	Promoção	Mobiliza seleções participantes, licenciamento das transmissões e venda de ingressos.
Construtoras	Investimento	Estádios ¹¹
Consórcios	Investimento	Aeroportos ¹² . Segurança interna dos estádios.
TV Globo	Promoção e transmissão do evento e produção de conteúdo jornalístico	Exibição pública dos jogos ¹³ , material promocional dos eventos, suporte técnico junto à FIFA, material jornalístico.
Operadoras de telefonia móvel	Disponibilização	Tecnologia 4G nas cidades-sede.

⁸ Disponível em: http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/04242013_matriz_atualizada.pdfm. Acesso em 01/09/2013.

⁹ Exceto Estádio de Brasília.

¹⁰ Exceto Rio Grande do Sul e São Paulo.

¹¹ Apenas nos estádios participantes das cidades de Curitiba, São Paulo e Porto Alegre.

¹² Apenas em Brasília, Natal e São Paulo (Guarulhos e Viracopos).

¹³ Disponível em: <http://pt.fifa.com/worldcup/media/newsid=1657337/index.html>. Acesso em: 12/08/2013.

Neste artigo, foi analisada a cobertura do Jornal Nacional, principal telejornal da principal emissora aberta do país – Rede Globo (Gomes, 2011, p.2). A escolha pelo telejornal baseou-se na sua importância e alcance nacional, além da condição de transmissora e parceira da Rede Globo junto à FIFA quanto aos eventos Copa do Mundo e Copa das Confederações. A possibilidade de conflitos éticos no âmbito jornalístico, presentes nesta relação de aquisição dos direitos de transmissão pela empresa que produz entretenimento e também produz jornalismo, pode ser fundamentada no próprio documento “Princípios Editoriais das Organizações Globo”, na alínea “m” do item Isenção quando assegura: “As Organizações Globo são independentes de grupos econômicos, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos. Por esse motivo, as decisões editoriais sobre reportagens envolvendo anunciantes serão tomadas a partir dos mesmos critérios usados em relação aos que não sejam anunciantes¹⁴”. Pode uma empresa que é parceira empresarial na transmissão e divulgação da Copa do Mundo cobrir, com a devida isenção, a Copa do Mundo e demais fatos vinculados ao evento? É essa resposta que se busca, através da aplicação das ferramentas de avaliação de qualidade aqui testadas.

Metodologia

A pesquisa vai avaliar a gestão de qualidade e a qualidade efetiva de um produto das Organizações Globo. Para tal, utilizou-se o sistema de categorização que segue os princípios quanti-qualitativos da análise de conteúdo (AC) (Bardin, 2010). O compromisso das Organizações Globo com a qualidade editorial de suas produções jornalísticas e a qualidade dos produtos veiculados em sua principal produção, o Jornal Nacional, serão o objeto da análise aqui realizada. Para avaliação do compromisso, será avaliado o Documento de Princípios Editoriais. Para avaliação do produto, serão avaliadas as matérias publicadas no período que compreende o ano anterior da abertura da Copa das Confederações. A avaliação de qualidade proposta nesse primeiro momento da pesquisa desenvolve-se ainda em fase experimental, portanto, possibilita eventuais ajustes tanto na metodologia de obtenção e geração dos dados quanto no tratamento qualitativo que receberão. A proposta de avaliar o

¹⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html>. Acesso em: 25/07/2013.

conteúdo noticioso do Jornal Nacional pelo crivo do documento de princípios editoriais das Organizações Globo foi antecedida pela averiguação da conformidade das garantias e diretrizes do documento da empresa, com os requisitos essenciais que sustentam a atividade jornalística – veracidade, relevância, transparência, pluralidade e diversidade – parâmetros estes sustentados pela tradição teórica já referenciada neste trabalho. Todos esses valores foram identificados no documento em proporções diferentes, ocorrendo então opção por avaliar a conformidade de apenas três itens neste estágio da pesquisa – relevância, pluralidade e diversidade (neste artigo, apenas os resultados no item “relevância” serão apresentados).

O período das matérias observadas compreende 15 de junho de 2012 e 15 de junho de 2013, intervalo entre a abertura da Copa das Confederações e seu ano anterior. Através do site do Jornal Nacional¹⁵, utilizando os termos chave “Copa das Confederações” e “Copa do Mundo”, as matérias foram obtidas, em um total de 105 – incluindo notas relatadas pelos componentes da bancada do telejornal, desde que cobertas por imagens correspondentes. Foram excluídas matérias que tratavam estritamente sobre resultados de jogos de seleções participantes e treinos preparativos anteriores ao mês de realização da convocação, em uma tentativa de direcionar os resultados para o cerne temático da pesquisa – os preparativos para a realização dos torneios. A ideia era a avaliação de qualidade no tocante à propriedade do interesse público deste objeto¹⁶, abdicando de um diagnóstico hipotético de mera afirmação de uma cobertura viciada em propagar eventos interessantes à emissora – prática refutada pelo documento dos princípios editoriais quando em sua alínea “p” do item Isenção diz: “É inadmissível que jornalistas das Organizações Globo façam reportagens em benefício próprio ou que deixem de fazer aquelas que prejudiquem seus interesses¹⁷”.

A matriz de análise foi construída com base na leitura flutuante das matérias (identificação de temas a partir da agenda midiática), e a partir de pesquisa documental (relatórios e documentos que apontam a agenda política, governamental e pública), sistematizando a disposição de problemas que corresponderia a temáticas fundamentais da realização dos eventos. Assim ficaram dispostos: *Cumprimento de cronogramas de entrega das obras; Atendimento médico em estádios; Serviço de voluntariado para os torneios; Preparativos no setor do turismo; Repercussões quanto à segurança pública e defesa*

¹⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/>. Acesso em 24/07/2013.

¹⁶ Sobre essa finalidade ambígua entre fornecer um serviço em benefício da cidadania e “captar” a maior parte do público, ver Charaudeau (2010).

¹⁷ Idem, 14.

nacional; Telecomunicações para viabilizar comunicação durante as copas; Repercussões referentes aos estádios; Promoção dos eventos; Protestos e manifestações; Mobilidade urbana e obras no entorno de estádios; Preparativos dos aeroportos; Preparativo dos portos; Repercussão política e Outros (categoria aglutinadora de matérias não tipificadas).

Após o mapeamento das relações entre opiniões, relatos informativos e teses, os resultados foram inferidos na perspectiva de avaliar - ainda que através de dados absolutos de frequência - a persecução dos parâmetros de qualidade fundados na tradição jornalística e reforçados pelas Organizações Globo em seu documento editorial público.

Análise dos resultados

Análise do documento Princípios Editoriais das Organizações Globo

A publicação de princípios de orientação editorial é um mecanismo que proporciona visibilidade aos procedimentos adotados, visando à demonstração da correção de seus métodos. A possibilidade de mensuração por parte do público acerca da persecução destes procedimentos sinaliza para a promoção da transparência nos processos editoriais. A Tabela 2 sintetiza a análise do documento das Organizações Globo sob esse prisma, agrupando os dispositivos em razão do cumprimento dos valores fundamentais da atividade jornalística e enquanto procedimento de gestão transparente dos procedimentos.

**Tabela 2 – Análise dos Princípios Editoriais: Avaliação do requisito
Transparência**

Indicadores	Padrões		
	Não	Parcialmente	Sim
Item			
A1a - A empresa afirma os compromissos com os requisitos verdade do produto em relação ao conteúdo;			X
A1b - A empresa afirma os compromissos com os requisitos relevância do produto em relação ao conteúdo;		X	
A1c - A empresa afirma os compromissos com os requisitos pluralidade do produto em relação ao conteúdo;			X
A1d - A empresa afirma os compromissos com os requisitos diversidade do produto em relação ao conteúdo;		X	
A2 - A empresa define procedimentos ou protocolos para garantir o cumprimento dos requisitos fundamentais do produto em relação a conteúdo;			X
A3 - Avaliar se a empresa informa/adota sistemas de avaliação para averiguar se os requisitos fundamentais são atingidos ou não em relação a o conteúdo;	X		
B1 - A empresa adota uma carta de princípios editoriais.			X

B2 – A empresa adota uma política de publicação dos de seus princípios editoriais e compromissos de transparência de conteúdo;			X
B3 - A empresa divulga os procedimentos de avaliação adotados para verificar o efetivo atendimento aos requisitos e;		X	
B4 – A empresa divulga os resultados obtidos por eles em relação ao conteúdo.	X		
B5 – A empresa tem um canal para recebimento de críticas e torna público o conjunto de reclamações apresentadas e respostas fornecidas pela empresa.	X		
TOTAL	3	3	5

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 3 - PADRÕES DE REFERÊNCIA
Conduta voltada à transparência

Padrões	Nível de Conformidade
Todos Sim	ÓTIMO
Entre 7 a 9 Sim e demais parciais	BOM
Entre 4 e 6 Sim, com no máximo 2 Não	REGULAR
Menos 4 Sim	RUIM

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao falar em estruturas para receber e processar observações do público, fontes e atores das reportagens, o documento não estabelece nem um mecanismo próprio que avaliasse o cumprimento das garantias firmadas, nem a publicidade dessas observações dos consumidores da informação, de modo que legitimasse um processo real de gestão da qualidade que utiliza o monitoramento contínuo da produção para correção e aperfeiçoamento das práticas. A transparência enquanto requisito essencial desta avaliação não é contemplada, segundo os parâmetros de qualidade apresentados ao longo deste trabalho. Cabe ressaltar que só foram elencadas as garantias de conteúdo do documento. As garantias que versam estritamente dos processos jornalísticos e gestão organizacional (sem implicação direta no conteúdo) possivelmente serão abordadas no estágio seguinte desta pesquisa.

Avaliação de qualidade do produto

Do requisito Relevância

Para avaliação deste requisito foi considerada a utilização de Valores-Notícia de ordem pública em comparação com a utilização de Valores-Notícia de ordem privada. Para isso, os desdobramentos previstos na Tabela 1 que versam sobre as relações de interesse que forjam a realização dos eventos, fundamentados no levantamento documental já referenciado nortearam esta avaliação. Guerra (2008) divide essa expectativa referencial da audiência em

seu aspecto ou ordem privada, e aquela relativa ao uso público da informação, ou de ordem pública. Ora, enquanto na primeira é notável o apelo relacionado a motivações, gostos e preferências segmentadas, no segundo a expectativa está alinhada com a ideia de responsabilização do indivíduo com a coisa pública, especificamente, o cidadão enquanto agente participante e transformador na democracia, que toma para si o conhecimento basilar para sua integração ao sistema político e social ao qual pertence. Denominado Valor-Notícia de Referência Universal, consideram-se informações de interesse público aquelas que podem aglutinar todo o público; fatos que atinjam uma única pessoa, mas no tocante a direitos ou deveres próprios à cidadania e fatos que de modo secundário contemplam as situações anteriores (Guerra, 2008). Não deve se perder de vista que a relevância da informação jornalística também neste aspecto só se concretiza quando acionada no contexto cognitivo do receptor.

Foram estabelecidas quatro categorias: Interesse público contemplado, Interesse público parcialmente, Interesse privado contemplado e Interesse privado parcialmente. Uma matéria poderia ser enquadrada em até duas categorias. Foi estabelecido o seguinte critério:

Interesse público: pronunciamento de representantes oficiais do governo, obras com investimento ou financiamento público (incluindo estádios nestas condições).

Interesse público parcialmente: algum pronunciamento ou relato de medida de representante do governo que seja endereçada para o agente privado. Exemplo: Governo lança programa de voluntário para Copa; Ministro apresenta instrumento musical para Copa.

Interesse privado: estádios ou obras sem recursos públicos; e matérias estritamente direcionadas ao evento. Exemplo: definição de sedes, seleções participantes (inclusive a brasileira).

Interesse privado parcialmente: apenas é mencionada alguma informação útil ao evento, sem pronunciamento de nenhum ator relacionado.

Deste modo, o montante de 105 matérias apresentou o seguinte quadro:

Tabela 4 – Relevância de acordo com o interesse público

	Interesse Público	Interesse Privado
Contemplado	50	61
Parcialmente	10	14
Total	60	75

Fonte: Elaborada pelo autor.

As trinta matérias que apresentaram Valores-notícia tanto de ordem pública quanto de ordem privada, em grande parte trataram do cumprimento de prazos nas obras de estádios com recursos públicos, evocando atores das instituições privadas que cobravam em prol da realização do evento. A análise evidenciou um maior apelo do telejornal em agendar o evento nas duas semanas que antecederam a abertura da Copa das Confederações, com grande utilização de matérias com Valores-Notícia de ordem privada, mais especificamente sobre países participantes e detalhes da transmissão do evento.

Se considerado o seguinte padrão: 41 a 60% do material sendo de Valores-notícia de ordem pública para avaliação “satisfatório/ ótimo”; 31 a 40 % para ser considerado “bom”; 20 a 30% para “regular”; e menos que 20 para “ruim”, pode-se concluir que:

Considerada as ocorrências em que valores-notícia de ordem pública foram contemplados ainda que o interesse público fosse parcial (de acordo com os critérios apresentados), 57% das matérias acionaram este expediente, portanto, sendo satisfatória a avaliação da relevância da cobertura de acordo com os critérios apresentados. Entretanto, se considerarmos que a maior parte das matérias acionou valores-notícia de ordem privada, em 71% do montante da cobertura, há de salientar a prioridade da cobertura em reforçar aspectos concernentes estritamente à promoção do evento. Igualmente, há de se frisar que este recorte compreende apenas matérias veiculadas no telejornal correspondentes aos eventos Copa do Mundo e Copa das Confederações, o que implica a necessidade de outros levantamentos que mostrem em que medida a cobertura desses eventos pautaram suas edições.

Observa-se que os critérios de relevância utilizados pelo JN na cobertura dos preparativos para a Copa do Mundo FIFA e Copa das Confederações no período destacado, em termos quantitativos, perseguiram a identificação do espectador com os eventos, através de matérias com conteúdo meramente promocional – reportagens sobre países participantes, detalhes da transmissão dos jogos, bolas, ingressos e outros. Em que pese este levantamento não ter pontuado a profundidade que foi dada a cada tema, nem a centralidade de cada tema nas matérias (embora a ocorrência –primária ou secundária – tenha sido registrada), é notória a disparidade entre o número absoluto de matérias que tratam do cumprimento de prazos de obras em estádios e promoção das competições, em detrimento a outros problemas (Tabela 13).

Isso sugere, além da baixa diversidade da cobertura, uma pequena preocupação do telejornal em acionar expedientes de responsabilização quanto ao investimento público (a maior parte das obras fora financiada pelo poder público - diretamente, por empréstimos via BNDES ou por parcerias público-privadas). Pode-se concluir que o pequeno volume de informações sobre valor de obra, natureza do financiamento e modelo de gestão a ser implantado, implica a baixa relevância de temas como legado dos novos aparelhos esportivos e políticas públicas no esporte em um círculo viciado de discussões de prazos e concomitante sedução do evento por meio de conteúdo promocional.

Considerações Finais

Incipientes em literatura específica e, por conseguinte, experimentais na formulação de metodologias de gestão de processo e avaliação dos produtos, abordagens acerca da qualidade em jornalismo podem contribuir em todas as instâncias envolvidas na produção e consumo de notícias, ao passo que diferentes correntes teóricas de apropriação da atividade jornalística ofereçam e sustentem seus parâmetros basilares da instituição, na perspectiva de aprimoramento das práticas que configuram desde o processo de produção da notícia até as expectativas demandadas pelo público.

Neste contexto, procurou-se utilizar parâmetros reconhecidos pela principal empresa de comunicação do país como balizadores de sua cobertura, de modo a vislumbrar não só a relação garantias \times conformidade, como também, projetar algum movimento de constrangimento jurídico ou ético da empresa pelos usuários, em um cenário de cobrança por um desserviço à função pública cujos meios de comunicação são incumbidos, em especial aqueles que utilizam o espectro e concessão pública.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 9000:2005: Sistemas de Gestão de Qualidade - Fundamentos e vocabulário. 2005.
- BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheir. Edições 70, LDA: Lisboa, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução: Angela Corrêa. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

DE LA TORRE, Lidia e TERAMO, María Teresa. Investigación sobre Calidad Periodística en la Argentina. In **Periodismo de calidad: debates y desafíos**. Buenos Aires: La Crujía: FOPEA, 2007.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O percurso interpretativo na produção da notícia**. São Cristóvão: Editora UFS; Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

_____. Sistema de Gestão de Qualidade aplicado ao Jornalismo: possibilidades e diretrizes. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. E-compós, Brasília, v.13, n.3, set./dez.2010.

GOMES, Itania Maria Mota. Telejornalismo de qualidade – Pressupostos teórico-metodológicos para análise. In. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 15, 2006, Bauru/SP. **Anais...** Bauru: Compós, 2006. p. 234-249.

_____. Estabilidade em Fluxo: uma análise cultural do Jornal Nacional, da Rede Globo. Trabalho apresentado ao GP Telejornalismo, no **XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM**, Recife, 2011.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Série Jornalismo a Rigor. V.1. Florianópolis: Insular, 2009.

GURGEL, Anderson. A construção do legado dos jogos panamericanos Rio 2007 na imprensa e a formação de um conceito midiático para megaeventos no Brasil. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31. **Anais...** Natal, RN, setembro de 2008.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo, 1984.

KOVACH, Bill. ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo; tradução de Wladir Dupont. 2ª edição. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MEZZAROBBA, Cristiano; MESSA, Fábio; PIRES, Giovani de Lorenzi. Quadro teórico-conceitual de referência: megaeventos e o agendamento midiático esportivo. In: PIRES, Giovani de Lorenzi. **O Brasil na Copa, a Copa no Brasil**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2011.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news**. A social history of american newspapers, New York: Basic Books Inc. Publishers, 1978.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad**. Tradução de Héctor Borrat e revisão de Joaquim Ramanguera i Ramió. Barcelona: Ediciones Gilli, 1983.